

Renata Martins de Freitas

NAÇÕES, NACIONALISMOS E IDENTIDADES: ALGUMAS POSSÍVEIS (DES)CONSTRUÇÕES

RESUMO

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica no intuito de compreender a construção e historicidade das noções de “nação”, “nacionalismo” e “identidades” e com isto, empreender desconstruções de ideias que aparentemente são naturalizadas, a-historicizadas e acriticamente reproduzidas. Percebe-se que as nações, nacionalismos e identidades são noções relacionais e têm sido utilizadas não somente no âmbito dos estudos culturais, mas politicamente, com intenções, estratégias e a partir de lugares de fala distintos.

PALAVRAS-CHAVE: Nações; Nacionalismo; Identidades.

ABSTRACT

This work consists of a literature review in order to understand the construction and history of the notions of "nation", "nationalism" and "identities" and with this, undertake deconstructions of ideas that are apparently naturalized in – historicized and uncritically reproduced. It is noticed that the nations, nationalisms and identities are relational notions and have been used not only in the context of cultural studies, but politically, with intentions, and strategies from different places of speech.

KEYWORDS: Nations; Nationalisms; Identities.

INTRODUÇÃO

Nação, nacionalismo e identidade são termos que nos parecem cotidianos, sem grandes desdobramentos e que sempre existiram. Hobsbawm (2000 e 2008) e Wolf (2003) problematizam em seus textos que parecemos saber do que se trata, mas não sabemos construir uma definição ou mesmo uma conceituação quando questionados. Isto fala um pouco da “naturalização” que os termos “nação”, “nacionalismos” e “identidades” sofrem. Os próprios autores falam acerca desta dificuldade, não negando o desafio de pensar sobre as questões em tela. E este não é o objetivo deste trabalho.

Buscamos aqui tecer considerações no que é concernente à construção de conceitos, critérios, categorizações e suas intencionalidades e estratégias.

Partimos do pressuposto trazido por Hobsbawm (2008), segundo o qual conceitos são construções históricas, sociais e locais, devendo ser pensados nos termos destas realidades. Supõe que evitemos o anacronismo como estratégia de análise de quaisquer conceitos ou formas de classificação humanas. Isto quer dizer que devemos tentar compreendê-los no contexto em que foram elaborados e pensados, sem, contudo, deixar de lado o olhar crítico.

Dito isso, traçamos um percurso iluminado por uma revisão bibliográfica: primeiro buscamos realizar considerações sobre os conceitos de “nações”, “nacionalismos” e “identidades” como partes de sistemas de classificações humanas. E compreender como as classificações são construções e, portanto, anunciar a historicidade dos temas sobre os quais tratamos neste breve texto. Em um segundo momento a tônica do trabalho é de reflexão sobre ideias correntes acerca dos temas tratados e a (des)construção do que parece estabelecido.

As (des)construções de ideias permitem a ampliação do olhar e que possamos ir além das aparências e buscarmos debates que trazem à tona usos políticos e institucionais de categorias usualmente utilizadas no âmbito dos estudos sobre cultura. Pensar nisto é pensar na importância e no papel de instituições nesses processos. Processos que guardam, quando analisados, intencionalidades, estratégias e dependem de lugares de fala e legitimidade. Com as “nações”, “nacionalismos” e “identidades” não poderia ser diferente.

E é nestes “momentos” de construção e (des)construção de

conceitos, categorias e ideias tidas como estabelecidas que repousarão nossas reflexões e o objetivo deste artigo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA “LUTA DE CLASSIFICAÇÕES”

Em nossos estudos sobre “nações”, “nacionalidade” e “identidades”, observamos nos autores consultados a tendência a tratar dos assuntos a partir da ideia de construção. Isto quer dizer que não estão dados e prontos. Evita-se e critica-se uma abordagem essencialista da questão.

Enfatizamos aqui as ponderações do historiador Eric Hobsbawm: ele tece considerações acerca do conceito de nação, que para ele é uma construção, não tendo existido desde sempre (HOBSBAWM, 2008). Sobre isto também nos alerta Wolf (2003), segundo o qual “[...] nem nações nem entidades étnicas eram criações primordiais: ambas eram construídas em condições sociais, econômicas e políticas historicamente definíveis” (p. 243).

Defendemos aqui, que os conceitos de “nação” e “identidades”, assim como outros conceitos, não são construídos a partir de um olhar neutro sobre a realidade, mas a partir daquilo que Bourdieu (2006) chama de “luta de classificações”, isto é, um estado de relações em que existem interesses em classificar as coisas de determinada maneira e não de outra, evocando autoridades, instituições para construção de critérios e conceitos. Estratégias e relações estão em jogo para dar legitimidade a determinadas formas de classificação e categorização, para eleição de critérios e conceitos relevantes e mesmo para ocultação dos mesmos.

A luta de classificações não é estática, ela é constante, e percebemos alterações de critérios, modificações, transformações nas relações de poder envolvidas. Bourdieu (2016) admite que para que haja um grupo instituído (seja ele classe social, nação ou outro), há a

[...] construção de um princípio de classificação capaz de produzir a união das propriedades distintivas que são características do conjunto dos membros desse grupo e anular do mesmo modo o conjunto de propriedades não pertinente que uma parte ou totalidade de seus membros possuam relacionadas a outros títulos [...] e que possam servir de base a outras construções (BOURDIEU, 2016, p. 02).

Isto quer dizer que princípios de classificação são produções humanas, que elegem e elencam algumas propriedades que são “distintivas”, ou seja, que tornam determinado grupo reconhecível partindo

de especificidades que o diferenciam de outros grupos. Para que assim ocorra, outras características são ocultadas ou mesmo “eliminadas”, e caso elas sejam consideradas, o grupo pode deixar de ser o que é para fazer parte de outras “classificações” possíveis. A produção de combinações distintas podem gerar categorizações ou “titulações” distintas e consequências diversas.

A reflexão acima coaduna com considerações de Hobsbawm: Ele argumenta que falar em nação é falar em uma entre muitas outras formas de classificação humana, uma entre outras formas de “identificação” e que não há critérios únicos e satisfatórios para que “coletividades humanas” ganhem este rótulo. O autor fala da dificuldade em realizar uma distinção entre uma nação e outras entidades. Trata-se de um fenômeno recente na história da humanidade. Grupos distintos são “tão antigos quanto a história”, mas para que estes grupos pudessem ser chamados de “nação”, primeiro foi necessária a construção de critérios e de estratégias para que estes fossem legitimados. No que tange à nação, vemos como recorrentes critérios como língua, território comum, história comum, traços culturais comuns e outros mais, que também são ambíguos e mutáveis. Além disto, todos podem guardar suas exceções. Por exemplo, a existência de uma nação que não partilha um território comum ou traços culturais comuns (HOBBSAWM, 2008 e 2014). Além disto, sendo uma entre outras formas de classificação, não necessariamente é eleita como a forma de identificação mais relevante por todos os seres sociais de maneira homogênea. E pode ser combinada com outras “identidades”.

Pensando neste conjunto de traços “comuns” evocados para a construção de um conceito, cabe deixar claro que quando alguns são eleitos como “essenciais” para a construção de uma nação ou mesmo de uma identidade, outros tornam-se supérfluos e podem ser dispensados. E os “outros” podem ser traços distintivos adotados ou mesmo produzidos por grupos não hegemônicos. Evocar “propriedades distintivas” requer deixar de lado outras escolhas possíveis. E quando as escolhas são realizadas, elas em geral consideram a relação com “os outros”. O “nós” sendo construído a partir da definição de quem é o “outro”. Vemos em Wolf (2003), como as nações foram construídas em relação com as outras e em Montero (2012), Laclau (1997), Pinto (1997) como as identidades são construídas em relação a outras. Tudo isto que fora dito pressupõe a existência de um “outro”, que não necessariamente se enquadra nos critérios de classificação hegemônicos. “O outro” podendo ser outra nação ou outros grupos dentro da mesma nação.

Além disto, a classificação e sua legitimidade trazem à tona outra questão: quem fala, por quem, para quem e com que interesses. O discurso produtor de classificações e legitimidade é enunciado de um lugar. Bourdieu (2006) fala acerca da autoridade evocada na construção de

enunciados que interferirão nas realidades. Mas a legitimidade à fala não elimina outros discursos. Isto quer dizer que não é homogênea a aceitação de critérios, categorias, conceitos, identificações que criam as classificações. Há disputas. Por isso o autor fala em “luta das classificações”. Sujeitos e instituições requerem para si a legitimidade da fala. Bourdieu enfatiza o lugar da ciência, Montero (2012), os lugares do Estado e do direito, por exemplo. Na construção de políticas públicas também observamos este processo.

E como não se trata de classificações que tornam homogêneos os sujeitos, temos em Hobsbawm (2008) uma importante pista metodológica a ser considerada pelos estudiosos dos temas aqui tratados: estudar os porta-vozes é importante, mas não tão importante que estudar as “massas”, os grupos para quem tais porta-vozes direcionam seus discursos e atuações ou mesmo os seus seguidores. Nem sempre esses outros grupos fazem o que é anunciado pelos porta-vozes.

Compreendemos, portanto, a noção de construção que traz pistas para a historicidade dos conceitos, bem como suas características relacionais e não essencialistas. Atentamos para o fato de não serem edificações despreziosas, mas guardarem consigo intenções, relações de poder, discursos que enunciam devido a finalidades específicas. Tais entendimentos iluminar-nos-ão e facilitarão a continuidade do percurso, em que tentaremos tecer considerações sobre “nações”, “nacionalismos” e “identidades” e seu emprego político e institucional.

CONSIDERAÇÕES SOBRE NAÇÕES, IDENTIDADES E OS “OUTROS”

Conforme já refletimos aqui, “nações”, “nacionalismos” e “identidades” parecem termos que trazem à tona conceitos com os quais estamos habituados e parecemos naturalizar. Concordamos com Hobsbawm (2008 e 2014) quando ele pondera que, no caso das nações, nós sabemos o que é, mas não sabemos conceituá-la. Não é algo sobre o qual habitual e cotidianamente as pessoas param para pensar.

O nacionalismo é uma forma de identificação entre outras e não necessariamente a predominante na formação do ser social. Como outras formas de identificação, atribui características distintivas a partir do que possa ser o “outro”. Isto implica relação.

Hobsbawm (2008 e 2014) propõe-se a abordar a questão nacional a partir da “nação” que o nacionalismo representa e da “nação real”. Ele diferencia estas duas formas. Isto porque segundo ele, o nacionalismo, na maioria dos casos estudados, existiu antes das nações. Já Otto Bauer (2000) também se mostra preocupado com o conceito de nação,

questionando seus “critérios”. Ainda não fala sobre “nacionalismo”, mas aborda o que ele chama de “caráter nacional”, que seria o conjunto de características (mutáveis e históricas) que distinguem uma nação da outra.

O historiador inglês afirma que devemos estudar as construções a partir de um olhar que não considere apenas porta-vozes ou ideólogos do nacionalismo. A questão do desenvolvimento de nações e da consciência nacional não foi uniforme ou homogêneo. As massas inicialmente não aderiram e não estavam preocupadas com o projeto nacionalista. O autor diz ter sido um processo iniciado “do alto”. Hobsbawm propõe-se a seguir a divisão em fases proposta por Hroch, sobre a história dos movimentos nacionais: Fase A: Principalmente na Europa do século XIX, com ênfase em questões culturais, sem grandes implicações políticas; Fase B: Desenvolvimento de campanhas políticas em prol da ideia por pioneiros e militantes; Fase C: Sustentação das massas. Considera que “A transição da fase B para a fase C é, evidentemente, um momento crucial na cronologia dos movimentos nacionais” (HOBSBAWN, 2008, p. 23). Na maioria das vezes esta transição ocorre posteriormente à criação de um Estado nacional. Pode ocorrer de maneira diferente disto, mas não na maior parte dos casos (HOBSBAWN, 2008).

Bauer (2000) e Hobsbawm (2008 e 2014) concordam em enfatizar o relevante papel das instituições como a escola, o exército e democracia na construção das nações e na “difusão” de valores nacionalistas às massas e sobretudo no incentivo à unificação de uma língua comum:

De fato, para os novos Estados-nação, essas instituições eram de importância crucial, pois apenas através delas a “língua nacional” (geralmente construída antes por esforços privados) podia transformar-se na língua escrita e falada do povo, pelo menos para algumas finalidades. Os meios de comunicação de massa – nesse momento a imprensa – só podiam transformar-se em tal quando uma massa alfabetizada na linguagem padrão fosse criada. Era portanto também de importância crucial a luta dos movimentos nacionais para obter a “autonomia cultural” isto é, controlar a parte relativa nas instituições do Estado (HOBSBAWM, 2014, p. 157).

As instituições, além de auxiliar na construção de uma língua padrão, também transmitiam valores nacionalistas e patrióticos. Valores e traços que distinguiriam os membros de uma nação dos membros de outras nações, eleitos entre outros valores e traços existentes e imaginados.

Na construção deste “eu” que eram as nações, algumas características foram acionadas para esta identidade nacional. Na luta das classificações, alguns critérios foram prioritários, dependendo de interesses

dominantes. Todavia, não foi homogênea a construção de tal identidade e ela não necessariamente fora a principal identificação acionada no repertório de identificações possíveis na formação dos seres sociais. Vemos em Laclau (1997), que quando as características de determinado grupo estrategicamente tornam-se características universais enfraquecendo particularismos, tem-se uma hegemonia fragilizada. E é certo que no interior dos Estados-nação outras identidades emergem, além daquelas que já existiam antes e que se tornaram “minorias” quando da construção de tais estados.

As chamadas minorias étnicas podem ser classificadas entre aquelas que já existiam antes da formação dos Estados-nação e os grupos que vieram depois disso (MONTERO, 2012). A presença e diversificação desses “outros”, trouxeram desafios aos Estados nacionais. Quando afirmamos que a construção de identidades se dá em relação ao que se pode chamar de “outro”, podemos ter algumas atitudes possíveis em relação a esses outros. Nos casos de grupos já existentes no seio das nações, o que ocorreu em alguns casos foram pretensões separatistas. Nos casos de grupos formados posteriormente, “eles”, “os outros” podem ser integrados ou mesmo hostilizados, como algumas das possibilidades. Wolf (2003) e Hobsbawm (2000) falam a esse respeito.

Outro movimento observado por autores como Montero (2012), Hobsbawm (2000), Laclau (1997) e Pinto (1997) são os movimentos de politização da etnicidade e de construção de direitos baseados em particularismos. Neste contexto, vemos que são acionados critérios e categorias na luta política. Hobsbawm problematiza que esta politização étnica é “instrumental”. Ele fala inclusive na “invenção” de grupos étnicos. Já Montero (2012) fala na construção de identidades, e pondera que o “multiculturalismo” traz dilemas políticos e teóricos para as nações, sobretudo em um contexto de reivindicações de direitos para minorias como parte de direitos humanos fundamentais.

Pinto (1997), bastante influenciada por Laclau (1997), constrói sua argumentação acerca do multiculturalismo evocando ponderações acerca do conceito de “intolerância”, a fim de pensar na construção de direitos relativos a “minorias”. A autora analisa que tolerância é utilizada a partir de relações de poder – em que se tem o tolerado e aquele que o tolera – mas também de resistência e tensão. Reflete que toda identidade é constituída em embate com outras, através de diferenças e equivalências (sendo “equivalência” um conceito cunhado por Laclau, como diferenças que compartilham demandas). Conclui sobre os limites da noção de tolerância para dar conta de processos multiculturais, e que a questão a ser enfrentada está relacionada à redistribuição de poder na sociedade, para que grupos identitários não dependam da tolerância para garantir suas vidas. Aqui novamente vemos a importância do direito à fala para

redistribuição do poder. Pinto fala sobre intervenções internacionais, como a da UNESCO, no que tange a esta temática. Percebemos um lugar de autoridade, que enuncia a necessidade de discussão sobre as diferenças ainda que, segundo avaliação da autora brasileira, o foco deva ser na redistribuição do poder.

Em algum momento Céli Pinto problematiza a ingenuidade da crença de que toda constituição de diferenças é uma conquista, trazendo à tona para ponderações que muitas das vezes tais identidades foram constituídas por dominadores e utilizadas para inferiorizar identidades dominadas. Em alguns casos, no entanto aqueles e aquelas que são dominados transformam as identidades constituídas em qualidades. Esta situação é cabível de observação, já que também pode constituir identidades isoladas. Nesse caso das “identidades isoladas”, há terreno favorável para a tolerância, não havendo ameaças à identidade do dominador. Importante pensarmos nestas considerações da autora a partir do que outrora enunciáramos da fala de Pierre Bourdieu (2006), em que o francês questiona os lugares de fala na construção de conceitos e discursos.

Temos a fala da autora acima, mas também as considerações de Laclau (1997), segundo o qual as particularidades têm sido pontos de partida de lutas sociais. Ele também enfatiza que, ao passo que se fala em construções, nas lutas políticas percebe-se que é acionado um “essencialismo estratégico”, em que se escolhe algumas características que se sobressaem na identidade do grupo e não outras. O que pode parecer muitas das vezes características espontâneas dos grupos são aquelas “selecionadas” e que tenham um apelo político maior. O que Hobsbawm e Wolf chamam de “invenção”. Montero (2012) chama de “artefato construído no campo discursivo e na prática social” (p. 82).

Em diálogo com Celi Pinto e Ernesto Laclau temos o texto de Paulo Montero (2012), em que a autora busca iluminar nossas reflexões acerca do multiculturalismo e o espaço público. Enfatizaremos o que a autora em questão traz no que é concernente ao que ela chama de “juridificação do processo de produção de identidades”. Este é um processo que envolve construção de discursos acerca das identidades. Novamente evocando Bourdieu e a luta de classificações, vemos que para a construção de discursos são eleitos alguns “critérios” e algumas características que poderão mais facilmente acionar categorias jurídicas favoráveis à luta que se quer travar. Segundo a autora, retira do campo da cultura os debates para introduzi-los no campo do direito.

Interessante pensar em determinado ciclo, no qual se constrói a legalidade, que deve possuir critérios, leis, normativas, e, a partir desses os sujeitos também constroem suas identidades e suas estratégias políticas. Aqui não falamos de classes dominantes, mas de autoridades jurídicas e

mediadoras do processo, que contribuem para essa “juridificação” da produção das identidades. Isto de certa maneira faz com que as identidades estejam sob o jugo do Estado e suas instituições, bem como instituições que com ele dialogam. Pode-se pensar criticamente esse movimento de “legalizar” as identidades, sobretudo na possibilidade disto diminuir potenciais de luta.

Pensando na institucionalização das lutas, Laclau (1997) alerta para a possibilidade de cooptação dos grupos. Questiona se conseguirão transformar as instituições ou se sofrerão este processo de cooptação. Ainda assim, afirma não haver possibilidade de transformações para todas as “forças intervenientes” e que também não há possibilidade de manutenção da “autenticidade cultural”, enfocando a importância do debate contemporâneo acerca da “hibridização”.

Retomando o debate sobre a legalização de identidades, consideramos necessário expressar o processo explicado por Montero (2012). Ela traz um modelo proposto por Arruti:

[...] seria possível identificar nessas ações quatro momentos distintos:

- a) Em um primeiro momento está o processo de “nominação” – ele diz respeito à “escolha” da categoria jurídica que será acionada (quilombola, posseiro, índio, imigrante, populações tradicionais etc.) de modo a instituir um certo grupo como sujeito de direitos e deveres e como objeto de ação do Estado;
- b) Em um segundo momento se desenvolve o processo de “identificação”, isto é, reunião de documentos, informações, relatos e testemunhos de comprovação das identidades e qualificação das formas de desrespeito acumuladas;
- c) Com o acúmulo de “fatos” e “provas” se abre passagem para o processo de “reconhecimento”, a passagem para o debate na esfera pública e o desenvolvimento da controvérsia em torno da legitimidade e verossimilhança do pleito;
- d) Na fase final, se o desfecho da controvérsia leva a opinião pública a reconhecer o fundamento do que é reivindicado, chega-se à esfera da normatividade e à regulamentação de um determinado tipo de direito no plano jurídico que, no exemplo aqui mencionado, é a propriedade da terra (MONTERO, 2012, p. 87).

Percebemos que o processo possui os seguintes momentos: nominação, identificação, reconhecimento (fatos e provas) e normatividade/regulamentação. Cabe destacar como o processo de nominação guarda as características da “luta de classificações”, tal como vemos em Bourdieu.

Trata-se de uma forma de pensar critérios jurídicos e características identitárias que podem melhor se enquadrar neles. Isto para tornar o grupo “objeto de ação do Estado”.

Ainda que haja mediadores, instituições jurídicas e o Estado têm consigo a autoridade de estipular critérios para que grupos e pessoas possam usufruir de seus serviços. Vemos isto ocorrer no caso do direito e também das políticas públicas, que requerem construção de indicadores, normativas, planejamento e critério de acesso, estipulando um “público-alvo” para suas ações.

Montero (2012) alerta para as estratégias utilizadas por “autoridades”, grupos e mediadores autorizados à fala e ao discurso acerca das identidades que estão em luta: muitas das vezes os sujeitos não pretendem utilizar as estratégias dos mediadores com a pretensão do enquadramento às normas.

Além do mais, nestes processos de lutas, Laclau (1997) e Pinto (1997) preocupam-se com a relação entre o universal e o particular, que para eles não devem ser vistos como antagônicos. Trazem à tona que ambos são construções e o perigo é que o universal seja considerado “a priori” e não a posteriori do que é particular. O universal considerado “a priori” atua no sentido do apagamento das diferenças e o particularismo exacerbado pode gerar uma perigosa fragmentação. Uma exagerada divisão, para Pinto e os autores com quem dialoga, não contribui para o alargamento da democracia ou para articulação de lutas. Pode, ao contrário, contribuir para concessão de privilégios e direitos exclusivos. Outro risco é a inversão do sentido de constituição da identidade reforçada pelo conceito de tolerância, mas que contribui para um olhar que reforça a diferença em oposição ao que é considerado “normal”. E a identidade constituída em relação ao “outro”, pode reforçar que existe um “normal”, um outro a partir do qual são pensados os “anormais” e que nunca é classificado como diferente. Aí a importância da relação entre particular e universal já explicitada aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo realizou-se uma tentativa de compreensão acerca de conceitos como “nações”, “nacionalismos” e “identidades”, sem, contudo, defini-los, o que seria uma audácia, tendo em vista que mesmo autores e estudiosos importantes acerca das temáticas relatam dificuldades e encontrar tais definições.

Empreendemos considerações acerca da historicidade e potencial para “transformação” dos termos e dos critérios que os caracterizam de uma maneira e não de outra. Trazemos os temas em questão como formas

de classificação humana possíveis, entre outras e como históricos e relacionais. São produzidos a partir de lugares de fala, de autoridades ou não, de lugares de poder ou privilegiados em determinados contextos históricos, sociais e econômicos.

A produção de “nações”, “nacionalismos” e “identidades” está em nosso olhar longe de ser uma preocupação concernente apenas aos estudos relacionados ao âmbito da cultura. Ela existe devido a relações, distribuição de poder na sociedade e tem grande colaboração de estratégias políticas e das próprias instituições. Relações políticas e insitucionais são também responsáveis por classificações e critérios, que podem gerar novas produções de conceitos.

Ao longo de nosso percurso também realizamos uma incursão em textos que nos permitiram repensar as noções de “nação”, “nacionalismo” e “identidades” a partir de uma perspectiva relacional. Nações, nacionalismos e identidades constroem-se sempre em relação do “eu” e o “outro”, sobre o qual controí-se enunciados e ao qual se pode contrapor.

Nações foram construídas em relação a outras nações, nacionalismos e outras identidades também foram construídos a partir da existência desse “outro”. Nenhuma dessas categorias é um dado “a priori”, todas são construções que podemos acompanhar ao longo de uma história recente. Sobretudo as nações.

Para as referidas edificações constroi-se critérios, categorizações, classificações, lugares de fala, lugares de silêncio. Constroem-se e produzem-se identidades e também se produzem discursos, normatizações que colaboram com mais produções, sob o jugo de instituições e do Estado.

As instituições surgem como importantes alicerces sobre os quais se ancoraram as construções dos nacionalismos, das nações e de muitas identidades.

Categorias que poderíamos supor apenas no âmbito cultural vão tornando-se políticas, intencional e estrategicamente políticas ou utilizando-se da democracia partidária como estratégia de obtenção de recursos importantes, assim como se tornam jurídicas a partir de processos de legalização e juridicalização.

Para tanto, faz-se necessário empreender mais critérios para acesso a serviços institucionais e do próprio Estado. E com a construção de critérios, abre-se caminho para a produção de novas identidades. E assim compreendemos as contruções e (des)construções tecidas no movimento da realidade, que não deixa de acontecer enquanto este trabalho é escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45–84.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. p. 107–132.

_____. **Descrever e prever: nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política**. Tradução Livre: Miriam Oliveira Santos. Mimeo, 2016.

HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271–282.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. A construção das nações. In: _____. **A Era do Capital – 1848–1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 127–128.

LACLAU, Ernesto. Sujeito da Política, Política do Sujeito. **Política Hoje**, Recife, V. 4, n. 7, p. 9–28, 1997.

MONTERO, Paula. Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público. **Revista de Sociologia e Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 81–101, 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Para além da tolerância**. Mimeo. 1997.

WOLF, Eric R. Etnicidade e nacionalidade. In: FELDMAN–BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **Antropologia e Poder**. Brasília/Campinas: UNB/Unicamp, 2003. p. 243–254.

AUTORA

Renata Martins de Freitas

Mestranda em ciências pela UFRRJ. Graduada em serviço social pela UERJ, com especialização em gênero, sexualidade e direitos humanos e em

gestão pública. Atualmente assistente social do Colégio Pedro II. E-mail: re.marfre@yahoo.com.br .

Recebido em: 06/10/2017.
Aprovado em: 07/03/2018.
Publicado em: 29/06/2018.